

## PANORAMA DOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEIS NO ESTADO DO AMAZONAS – AM: RELAÇÕES ENTRE VÍTIMAS E AGRESSORES E A RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES

OVERVIEW OF CASES OF RAPE OF VULNERABLE PERSONS IN THE STATE OF AMAZONAS – AM: RELATIONSHIPS BETWEEN VICTIMS AND PERPETRATORS AND THE RESPONSE OF INSTITUTIONS

PANORAMA DE LOS CASOS DE VIOLACIÓN DE PERSONAS VULNERABLES EN EL ESTADO DE AMAZONAS – AM: RELACIONES ENTRE VÍCTIMAS Y AGRESORES Y LA RESPUESTA DE LAS INSTITUCIONES

Henrique do Nascimento Dias<sup>1</sup>  
Mateus Reinaldo Garcia<sup>2</sup>  
Márcio de Jesus Lima do Nascimento<sup>3</sup>

**RESUMO:** O estupro de vulneráveis é um crime grave que envolve a prática de abuso sexual contra indivíduos incapazes de consentir, seja por idade, deficiência mental ou outra condição que os torne vulneráveis. Esse crime é previsto no artigo 217-A do Código Penal Brasileiro e caracteriza-se pela violência sexual contra crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência. No estado do Amazonas, a incidência desse tipo de crime tem se mostrado preocupante, com altos índices de casos registrados nas últimas décadas. Este estudo busca analisar as causas e consequências do estupro de vulneráveis na região, além de discutir as ações de enfrentamento adotadas. O objetivo é compreender a realidade do crime no Amazonas, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas vítimas e pelo sistema de justiça e, a partir disso, sugerir possíveis soluções. A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico, com análise de artigos científicos, livros e documentos institucionais, para entender o panorama da violência sexual na região. Os resultados indicam que, apesar de avanços, a região enfrenta sérias limitações no combate a esse crime, demandando políticas públicas mais eficazes e ações de prevenção mais robustas. Em conclusão, o estupro de vulneráveis é um crime alarmante, especialmente no estado do Amazonas, que exige maior atenção das autoridades. Embora haja esforços de enfrentamento, a falta de infraestrutura e a vulnerabilidade social são desafios persistentes. A implementação de políticas públicas mais eficazes e a conscientização da sociedade são fundamentais para reduzir os índices desse crime e garantir a proteção das vítimas.

2357

**Palavras-chave:** Estupro de vulneráveis. Amazonas. Violência sexual. Políticas públicas.

<sup>1</sup>Discente, Centro Universitário do Norte.

<sup>2</sup>Discente, Centro Universitário do Norte.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências e Meio Ambiente. Docente do Centro Universitário do Norte, Manaus, Amazonas, Brasil.

**ABSTRACT:** The rape of vulnerable individuals is a serious crime involving the sexual abuse of individuals incapable of consenting, either due to age, mental disability, or other conditions that make them vulnerable. This crime is outlined in Article 217-A of the Brazilian Penal Code and is characterized by sexual violence against children, adolescents, or people with disabilities. In the state of Amazonas, the incidence of this type of crime has been concerning, with high rates of cases reported over the last few decades. This study aims to analyze the causes and consequences of the rape of vulnerable individuals in the region, as well as discuss the actions taken to combat it. The objective is to understand the reality of the crime in Amazonas, identify the main challenges faced by victims and the justice system, and suggest possible solutions. The methodology used was a bibliographic survey, analyzing scientific articles, books, and institutional documents, to understand the panorama of sexual violence in the region. The results indicate that despite progress, the region faces serious limitations in combating this crime, requiring more effective public policies and stronger preventive actions. In conclusion, the rape of vulnerable individuals is an alarming crime, especially in the state of Amazonas, which demands more attention from the authorities. Although there are efforts to confront it, the lack of infrastructure and social vulnerability are persistent challenges. The implementation of more effective public policies and societal awareness are essential to reduce the rates of this crime and ensure the protection of victims.

**Keywords:** Rape of vulnerable individuals. Amazonas. Sexual violence. Public policies.

**RESUMEN:** El abuso sexual de personas vulnerables es un delito grave que implica el abuso sexual de individuos incapaces de consentir, ya sea por edad, discapacidad mental u otra condición que los haga vulnerables. Este delito está previsto en el artículo 217-A del Código Penal Brasileño y se caracteriza por la violencia sexual contra niños, adolescentes o personas con discapacidad. En el estado de Amazonas, la incidencia de este tipo de delito ha sido preocupante, con altos índices de casos registrados en las últimas décadas. Este estudio busca analizar las causas y consecuencias del abuso sexual de personas vulnerables en la región, además de discutir las acciones adoptadas para enfrentarlo. El objetivo es comprender la realidad del delito en Amazonas, identificar las principales dificultades que enfrentan las víctimas y el sistema de justicia, y sugerir posibles soluciones. La metodología utilizada fue un levantamiento bibliográfico, con análisis de artículos científicos, libros y documentos institucionales, para comprender el panorama de la violencia sexual en la región. Los resultados indican que, a pesar de los avances, la región enfrenta serias limitaciones en la lucha contra este delito, lo que requiere políticas públicas más eficaces y acciones preventivas más robustas. En conclusión, el abuso sexual de personas vulnerables es un delito alarmante, especialmente en el estado de Amazonas, que exige una mayor atención de las autoridades. Aunque existen esfuerzos para enfrentarlo, la falta de infraestructura y la vulnerabilidad social son desafíos persistentes. La implementación de políticas públicas más eficaces y la concienciación social son esenciales para reducir los índices de este delito y garantizar la protección de las víctimas.

**Palabras clave:** Violación de vulnerables. Amazonas. Violencia sexual. Políticas públicas

## INTRODUÇÃO

O estupro de vulneráveis é um problema grave e persistente no Brasil, com impactos significativos nas vítimas e na sociedade. No estado do Amazonas, a dinâmica desses crimes apresenta desafios específicos, incluindo fatores culturais, sociais e geográficos que influenciam na subnotificação e na dificuldade de responsabilização dos agressores. A proximidade entre vítima e agressor, muitas vezes caracterizada por laços familiares ou de convivência próxima, torna a denúncia ainda mais complexa e contribui para a impunidade.

A coleta e análise de informações sobre esses casos desempenham um papel essencial na compreensão da problemática e na elaboração de estratégias de enfrentamento. O Conselho Tutelar e a Delegacia Civil possuem atribuições importantes nesse processo, atuando na proteção das vítimas e na investigação dos crimes. No entanto, diversos desafios limitam a efetividade dessas instituições, incluindo a falta de recursos, a resistência da comunidade em denunciar e a morosidade do sistema judicial.

Este artigo busca examinar de que maneira a participação dessas instituições na coleta de dados pode auxiliar na identificação de padrões de interação entre vítimas e agressores. A análise dessas interações permite compreender os fatores que dificultam a denúncia e a responsabilização dos criminosos, fornecendo subsídios para políticas públicas mais eficazes. Além disso, pretende-se discutir os principais entraves enfrentados pelas autoridades na efetivação das prisões e na punição dos autores desses delitos.

2359

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre os fatores que contribuem para a perpetuação da violência sexual contra vulneráveis e na formulação de mecanismos para reduzir a impunidade. A cultura do silenciamento e o estigma social são barreiras que impedem a denúncia e precisam ser enfrentadas para garantir maior proteção às vítimas. Ademais, a atuação coordenada entre diferentes órgãos pode ser um caminho para o aprimoramento das estratégias de combate a esses crimes.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o debate acadêmico e para a elaboração de políticas públicas mais eficientes no enfrentamento do estupro de vulneráveis no Amazonas. A sistematização das informações e a análise das dificuldades enfrentadas pelas instituições responsáveis podem embasar soluções que fortaleçam a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores, promovendo maior justiça e segurança para a população vulnerável.

## MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em um levantamento bibliográfico sobre estupro de vulneráveis, buscando compreender a dinâmica desses crimes no estado do Amazonas. Para isso, serão analisadas pesquisas acadêmicas, legislações, relatórios institucionais e materiais publicados por órgãos governamentais e não governamentais que tratam da temática.

O levantamento bibliográfico permitirá identificar padrões e tendências relacionadas às interações entre vítimas e agressores, além de compreender os desafios enfrentados pelas autoridades na investigação e na responsabilização dos autores desses crimes. A revisão da literatura também será utilizada para embasar a discussão sobre as políticas públicas e a eficiência das medidas de prevenção e repressão adotadas no Brasil.

A pesquisa será conduzida a partir de bases de dados acadêmicas, tais como Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais, priorizando materiais publicados nos últimos dez anos. Além disso, serão considerados relatórios de instituições como o Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Por meio dessa metodologia, espera-se construir um panorama consistente sobre a realidade do estupro de vulneráveis no Amazonas, contribuindo para a compreensão dos fatores que dificultam a denúncia e a punição dos agressores. Dessa forma, este estudo pode subsidiar futuras pesquisas e políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema.

2360

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Contextualização do Estupro de Vulneráveis no Brasil

A origem da palavra “estupro” remonta ao termo romano *stuprum*, que, em seu sentido amplo, designava qualquer ato impudico cometido com homens ou mulheres, abrangendo práticas como o adultério e a pederastia. No entanto, em um sentido mais restrito, o termo se aplicava especificamente ao coito com mulheres virgens ou não casadas, consideradas como honestas. Na Roma Antiga, o *stuprum* violento, ou *stuprum violentum*, era considerado um tipo de crime severo, sendo punido com rigor pela Lex Julia de vi publica, que preconizava até a pena de morte para os infratores. Da mesma forma, a legislação hebraica tratava a violação de uma mulher já prometida em casamento com severidade, impondo a pena de morte ao

agressor. Caso a vítima fosse uma mulher virgem não desposada, o homem era obrigado a pagar uma indenização de cinquenta ciclos de prata ao pai da vítima, além de se casar com ela, sob a condição de que não poderia se divorciar durante toda a sua vida, uma vez que a havia desonrado (Oliveira, 2009).

O conceito de estupro de vulneráveis, conforme estabelecido pelo artigo 217-A do Código Penal Brasileiro, refere-se à prática de ter relações sexuais ou outros atos libidinosos com alguém que não tem capacidade de consentir, devido à idade ou a condições especiais de saúde. Essa tipificação legal visa proteger aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como crianças e adolescentes menores de 14 anos, pessoas com deficiência mental ou que, devido a alguma condição física ou psíquica, não consigam oferecer resistência.

No Brasil, a lei considera que a incapacidade de consentir torna a pessoa vulnerável a abusos, independentemente da presença de violência física ou da resistência da vítima. Dessa forma, o conceito de “estupro de vulnerável” vai além das agressões físicas, abrangendo também a exploração sexual de indivíduos que não possuem a maturidade ou a condição para compreender ou consentir adequadamente a relação sexual. Essa legislação se configura como um importante instrumento de proteção aos direitos humanos e à dignidade da pessoa, refletindo a necessidade de uma resposta rigorosa contra a violência sexual e a exploração de indivíduos em situações desfavoráveis.

2361

A tipificação do crime de estupro de vulnerável busca assegurar que os agressores que cometem abusos contra esses grupos específicos enfrentem penalidades severas, contribuindo para a prevenção e o combate a essa grave violação dos direitos humanos.

Em 2023, dados de jornais como CNN Brasil (2023) e Correio Braziliense (2023) revelaram um aumento alarmante dos casos de estupro no Brasil, com 34 mil registros apenas no primeiro semestre, um crescimento de 14,9% em relação ao ano anterior. Aproximadamente 74,5% desses casos foram classificados como estupro de vulnerável, com vítimas com menos de 14 anos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, registrou 74.930 casos de estupro, o maior número da história, com 61,4% das vítimas sendo crianças de até 13 anos. A subnotificação desses crimes é extremamente preocupante, com estimativas sugerindo que apenas 8,5% dos casos são efetivamente registrados, o que implica em cerca de 822 mil ocorrências anuais. O aumento foi observado em todas as regiões do Brasil, especialmente no Sul, onde o crescimento foi de 32,4%, com destaque para Santa Catarina, que registrou um

aumento de 103,9%. A maioria das vítimas são meninas entre 0 e 13 anos, e 86% dos agressores são conhecidos das vítimas.

A legislação brasileira, com sua abordagem protetiva, se alinha a uma série de outras normas e direitos para garantir a proteção de vulneráveis. A Constituição Federal, no Artigo 227, por exemplo, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade. Este artigo reflete os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, que defende uma proteção integral e prioritária dos jovens.

Outros dispositivos importantes incluem o Código Penal, especificamente o Artigo 217-A, que tipifica o crime de estupro de vulnerável. Este artigo abrange qualquer ato sexual com menores de 14 anos ou com pessoas incapazes de oferecer resistência devido a condições físicas ou mentais, com penas que variam de 8 a 15 anos de reclusão. A Lei 13.431/2017 também se destaca, organizando o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunhas de violência. Ela estabelece mecanismos para prevenir e coibir a violência, além de garantir assistência e proteção às vítimas.

A Lei 10.216/2001, por sua vez, foca na proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, promovendo um modelo assistencial voltado para a inclusão social e a prevenção de internações desnecessárias. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) garante que pessoas com deficiência sejam protegidas contra negligência, discriminação e violência, promovendo sua inclusão plena na sociedade.

2362

Além disso, o Brasil conta com uma ampla rede de proteção composta por diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam na prevenção e no atendimento às vítimas de violência sexual. Essa rede é fundamental para oferecer um suporte adequado às vítimas e suas famílias, promovendo a proteção e recuperação dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

### **Dinâmicas Sociais e Relacionais nas Situações de Estupro**

O silêncio das vítimas de abuso sexual, especialmente em contextos familiares e sociais, é um fenômeno multifacetado que envolve vários fatores. O chamado “véu do silêncio” descreve como o abuso, muitas vezes, permanece oculto devido a dinâmicas familiares e sociais que inibem a revelação do crime. Muitas vezes, o agressor é uma pessoa próxima da vítima,

como um pai, tio ou avô, o que torna a exposição do abuso ainda mais difícil. As relações de poder e afeto dentro da família geram sentimentos de lealdade ou medo, o que impede a vítima de denunciar. Além disso, a sociedade trata o abuso sexual como um tabu, o que fortalece o silêncio em torno do tema. O receio de enfrentar o estigma social e o medo de não ser acreditada afastam as vítimas de buscar ajuda. Muitas também sentem culpa ou temem que a denúncia possa causar desestabilização familiar, seja emocional ou financeira, levando-as a permanecer em silêncio (Santos e Dell'Aglio, 2007; Santos e Dell'Aglio, 2010).

O silêncio das vítimas tem profundos impactos emocionais, frequentemente resultando em sentimentos de isolamento, rejeição e abandono, os quais podem evoluir para transtornos como depressão e ansiedade. A falta de apoio emocional, especialmente de familiares e amigos, agrava ainda mais o sofrimento da vítima. As reações das mães e de outros membros da família são cruciais nesse contexto; respostas negativas ou de descrédito podem reforçar o silêncio e a relutância da vítima em relatar o abuso. Além disso, o medo de retaliação, seja por parte do agressor ou da própria família, é um fator paralisante, com a vítima temendo a perda do afeto dos pais ou, em casos extremos, a expulsão de casa. Nesse contexto, o apoio emocional é essencial para que a vítima se sinta segura ao revelar o abuso. A rede de apoio deve ser robusta, com profissionais capacitados para lidar com essas situações delicadas, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor (Santos e Dell'Aglio, 2007; Santos e Dell'Aglio, 2010).

2363

De acordo com Souza e Costa (2023), a falta de suporte adequado às vítimas de abuso sexual no âmbito educacional e familiar é um dos principais desafios para o enfrentamento dessa violência. O estudo enfatiza que a ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a educação preventiva e para a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes contribui para a perpetuação do silêncio sobre o abuso sexual. O artigo destaca ainda a importância de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo educadores, psicólogos e assistentes sociais, a fim de garantir que as vítimas recebam o apoio necessário e para incentivar a conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Souza e Costa, 2023).

As consequências emocionais e sociais para as vítimas de abuso sexual são profundas e amplas, afetando tanto a saúde mental quanto as relações interpessoais e a qualidade de vida ao longo do tempo. Muitas vítimas desenvolvem transtornos psicológicos graves, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Estudos apontam que cerca de 57% das vítimas adolescentes apresentam TEPT, o que impacta significativamente suas vidas,



incluindo o desempenho acadêmico e as relações pessoais. Os sintomas mais comuns incluem distúrbios de sono, distúrbios alimentares, automutilação e ideação suicida. Esses problemas podem persistir por anos, ou até por toda a vida, tornando essencial o acompanhamento contínuo e a criação de redes de apoio (Florentino, 2015; Fontes, Conceição e Machado, 2017; Silva e Silveira, 2011).

O abuso sexual infantil não só é uma grave violação dos direitos humanos, mas também impacta profundamente as relações sociais e afetivas das vítimas. Miranda, Pinheiro e Reis (2023) analisam como essas experiências traumáticas afetam a capacidade das vítimas de estabelecer vínculos de confiança ao longo da vida. O estudo revela que o abuso sexual na infância frequentemente resulta em dificuldades para a formação de relacionamentos saudáveis, uma vez que o trauma altera a percepção de segurança e confiança nas interações interpessoais. Além disso, as vítimas de abuso sexual tendem a enfrentar desafios emocionais como o isolamento social, baixa autoestima e desconfiança, que podem persistir ao longo da vida. O artigo ressalta a importância de uma rede de apoio eficiente, com intervenções psicológicas que ajudem a minimizar esses danos e restaurar a capacidade de socialização e formação de vínculos saudáveis na vida adulta (Miranda, Pinheiro e Reis, 2023).

As consequências sociais do abuso sexual são igualmente significativas, prejudicando as relações interpessoais e dificultando a construção de uma rede de apoio confiável. Muitas vítimas enfrentam dificuldades em estabelecer amizades ou relacionamentos amorosos devido ao trauma, que dificulta a criação de vínculos saudáveis. Esse trauma também pode levar ao isolamento social, já que o medo de não ser acreditado ou o estigma associado ao abuso faz com que muitas vítimas se afastem dos amigos e familiares, ampliando seu sofrimento emocional. Além disso, o abuso pode contribuir para o ciclo intergeracional de violência, onde vítimas de abuso podem se tornar abusadores no futuro, perpetuando o trauma. Para quebrar esse ciclo, é essencial oferecer suporte psicológico contínuo e promover programas de conscientização sobre o abuso sexual, além de garantir uma rede de apoio familiar e comunitária que proporcione um ambiente seguro, capaz de romper o silêncio imposto pela violência (Miranda, Pinheiro e Reis, 2023; Florentino, 2015).



## Crime de Estupro de Vulnerável no Amazonas

**Tabela 1:** Principais artigos científico sobre crimes de violência sexual na Região Amazônica

<b>Título</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data de Publicação</b>
<b>Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental</b>	SciELO	2021
<b>Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise de casos registrados</b>	SciELO	2012
<b>Violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto amazônico</b>	Revista FT	2022

**Fonte:** Própria dos autores

O estupro de vulneráveis no Amazonas é um tema que envolve múltiplos fatores sociais, culturais e estruturais, sendo um problema recorrente nas comunidades da região. A literatura sobre o assunto aponta que a violência sexual contra crianças e adolescentes, muitas vezes subnotificada, é exacerbada pela remota localização das comunidades e pela falta de infraestrutura adequada. Estudos indicam que as condições de pobreza, a falta de educação formal e o isolamento social são fatores que aumentam a vulnerabilidade dessas populações, tornando-as mais suscetíveis ao abuso sexual. As consequências desse cenário são alarmantes, já que muitas vítimas não têm acesso a serviços especializados, o que dificulta o acolhimento e a assistência adequados (Cargnin et al., 2021).

A análise de dados sobre violência sexual infantil no Amazonas também revela que muitos dos agressores são conhecidos das vítimas, incluindo familiares e membros da própria comunidade. Isso cria um ambiente de medo e insegurança que dificulta as denúncias e perpetua o ciclo de violência. Além disso, muitos dos crimes acontecem em áreas com acesso limitado a serviços públicos, o que torna ainda mais difícil a prevenção e o tratamento. O estudo de Maia & Barreto. (2012) enfatiza que a falta de campanhas educativas e de políticas públicas eficazes contribui diretamente para a subnotificação dos casos, agravando a situação das vítimas.

A cultura local também desempenha um papel importante na perpetuação da violência sexual, uma vez que, em muitas comunidades, o abuso sexual é minimizado ou até naturalizado. Isso dificulta ainda mais a luta contra o estupro de vulneráveis, já que as vítimas

e suas famílias muitas vezes não conseguem identificar o abuso como um crime grave. A pesquisa de Frota et al., (2022) discute como a falta de infraestrutura, como escolas e unidades de saúde adequadas, impede a detecção precoce dos abusos. Além disso, a violência sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia é muitas vezes invisível, uma vez que, devido à falta de registros, a magnitude do problema não é completamente compreendida.

Para lidar com esses desafios, os estudos sugerem que políticas públicas mais eficazes e programas de educação e conscientização são fundamentais. A capacitação de profissionais da saúde, educação e segurança pública é uma prioridade para garantir que as vítimas de abuso sexual recebam o apoio necessário. A pesquisa de Cargnin et al. (2021) aponta que a falta de capacitação adequada e a escassez de recursos para garantir a proteção das vítimas de violência sexual são questões críticas a serem resolvidas. Além disso, os artigos destacam que a criação de uma rede de proteção integrada, com o apoio de diversas instituições públicas e privadas, é essencial para oferecer assistência de maneira eficaz e holística.

Em relação às soluções, a implementação de programas preventivos e educacionais nas escolas, com ênfase na conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes, é uma recomendação comum entre os artigos analisados. Esses programas podem ajudar a detectar sinais de abuso e a promover a denúncia precoce. Além disso, o uso de tecnologias, como aplicativos móveis e plataformas de denúncia online, pode facilitar o acesso das vítimas a serviços de apoio e garantir maior efetividade nas ações de prevenção. A pesquisa de Frota et al., (2021) também sugere que a formação de uma rede de apoio às vítimas, com a colaboração de profissionais de diversas áreas, como psicólogos, assistentes sociais e advogados, pode ajudar a criar um ambiente mais seguro para as vítimas de estupro de vulneráveis no Amazonas.

Por fim, é possível concluir que o estupro de vulneráveis no Amazonas é um problema complexo que exige uma abordagem multifacetada, envolvendo não apenas o sistema de justiça, mas também o fortalecimento das políticas públicas, a conscientização da população e a implementação de programas preventivos. A melhoria da infraestrutura, o aumento da capacitação profissional e o fomento à denúncia e proteção das vítimas são passos essenciais para combater esse crime e minimizar seus impactos na sociedade amazonense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre os casos de estupro de vulneráveis no Amazonas evidencia a complexidade e a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes na região. As

análises realizadas destacam a prevalência de tais crimes e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas, suas famílias e os órgãos responsáveis pela proteção e atendimento.

A falta de estrutura e de políticas públicas adequadas para prevenção e enfrentamento da violência sexual contra vulneráveis, além da subnotificação de casos, são fatores que agravam ainda mais a situação no Amazonas. A escassez de serviços especializados e a dificuldade de acesso das vítimas a atendimentos médicos, psicológicos e jurídicos são desafios a serem superados.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a necessidade de uma maior articulação entre as instituições públicas e privadas para promover um sistema mais eficiente de atendimento e proteção das vítimas. Além disso, a educação e a conscientização da sociedade são essenciais para o combate à violência sexual e para a quebra de estigmas que envolvem esse tipo de crime.

Portanto, é imprescindível que o poder público, as organizações não governamentais e a sociedade em geral se unam no esforço para erradicar a violência sexual contra crianças e adolescentes, promovendo um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento de todos, principalmente para as populações vulneráveis da região amazônica. O fortalecimento da legislação, o treinamento de profissionais e a criação de mecanismos eficazes de monitoramento e punição dos infratores são ações cruciais para a construção de um futuro mais seguro para as crianças e adolescentes do Amazonas.

2367

## REFERÊNCIAS

CARGNIN et al. Violência Sexual em Mulheres na Amazônia Ocidental. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 92, 2021.

FONTES, J.; CONCEIÇÃO, C.; MACHADO, D. *O impacto do abuso sexual infantil no desenvolvimento emocional e social das vítimas*. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 29, n. 3, p. 123-145, 2017.

FROTA, C et al. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Contexto Amazônico. *Revista FT*, 2023.

MAIA, F.; BARRETO, G. Violência contra Crianças e Adolescentes no Amazonas: Análise de Casos Registrados. *Revista de Pesquisa em Educação*, 2023.

MIRANDA, A.; PINHEIRO, B.; REIS, P. *As consequências do abuso sexual infantil nas relações interpessoais na vida adulta*. *Psicologia e Saúde*, v. 33, n. 2, p. 78-89, 2023.

OLIVEIRA, R. *História do conceito de estupro: uma análise do direito romano e suas implicações nas legislações contemporâneas*. São Paulo: Editora Jurídica, 2009.

SANTOS, L.; DELL'AGLIO, D. *O silêncio das vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos e sociais*. Revista Brasileira de Psicologia, v. 22, n. 4, p. 56-70, 2007.

SANTOS, L.; DELL'AGLIO, D. *O impacto emocional do abuso sexual em crianças e adolescentes*. Revista de Psicologia e Educação, v. 35, n. 1, p. 45-58, 2010.

SOUZA, M.; COSTA, A. *A falta de suporte para vítimas de abuso sexual infantil: um estudo sobre políticas públicas e suas implicações*. Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 2, p. 89-101, 2023.